



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8773 - Pôster - 3ª Reunião Científica da ANPEd-Norte (2021)

ISSN: 2595-7945

GT 03/GT 06 - Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos e Educação Popular

EDUCAÇÃO E POVOS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA: UM ESTUDO ANALÍTICO DAS TEMÁTICAS ESCOLARES ATUAIS

Igor Barros Santos - UNIFAP - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

Helena Simoes - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

EDUCAÇÃO E POVOS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA: UM ESTUDO ANALÍTICO DAS TEMÁTICAS ESCOLARES ATUAIS

RESUMO: Influenciada pela abordagem estatal a política de educação escolar indígena sofreu transformações com o decurso do tempo. Nessa linha, a pesquisa foi norteadada no sentido de analisar as produções acadêmicas e verificar os temas de maior interesse no tocante a educação escolar indígena. Concluiu-se pela existência produções voltadas a abordagem do aspecto histórico da política educacional e as demandas atuais referentes a sua implementação.

Palavras-chave: Educação Indígena; Escola; Cultura; Diversidade.

INTRODUÇÃO

Praticado há muito tempo no Brasil, o modelo escolar oriundo do processo de catequese jesuítico buscava conversão ao cristianismo e a integração. Nessa linha, considerando as transformações ocorridas, a política de educação indígena tem sido objeto de estudo de diversas áreas do conhecimento. Por meio da análise das produções acadêmicos dos anos de 2009 a 2019 na área educacional, especificamente quanto à política de educação escolar indígena, foram encontradas 07 produções. Assim, imperiosa a indagação acerca de quais os direcionamentos e áreas de interesse dos escritos referentes à política de educação escolar indígena na área da educação e pesquisa educacional.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Conforme Silva:

(...) a introdução da escola entre os povos indígenas serviu de instrumento de imposição de valores alheios e de negação de identidades diferenciadas, por meio de diferentes processos, como a catequização e a integração forçada dos índios à “comunhão nacional”. No entanto, em anos recentes, a escola ganhou um novo sentido para tais povos, tornando-se um meio de acesso aos conhecimentos científicos e de valorização e sistematização de saberes tradicionais. (SILVA, 2019, p. 322).

Nessa linha, o presente trabalho se propõe apresentar os estudos sobre a produção acadêmica na área educacional acerca da política de educação escolar indígena. A pesquisa se desenvolveu através de estudo de revisão narrativa da literatura sobre as políticas de educação escolar indígena. Conforme Vosgerau e Romanowski (2014, p. 167), “os estudos de revisão consistem em organizar, esclarecer e resumir as principais obras existentes, bem como fornecer citações completas abrangendo o espectro de literatura relevante em uma área”. Podem, também, levando em consideração publicações de determinada área do conhecimento, fornecer um panorama histórico sobre a matéria em questão.

“A introdução da escola entre os povos indígenas serviu de instrumento de imposição de valores alheios e de negação de identidades diferenciadas, por meio de diferentes processos, como a catequização e a integração” (SILVA, 2019, p.322). Da forma como foram concebidas as políticas educacionais direcionadas aos povos indígenas foi orientada por princípios integracionistas em que a educação escolar esteve a serviço da assimilação dos índios à ordem da sociedade envolvente. Contudo, na atualidade, as práticas e discursos sobre a diversidade vêm modificando a estrutura das relações entre o Estado e as populações indígenas (Oliveira; Nascimento, 2012).

Nessa perspectiva, ganha importância o estudo da relação entre Estado e os povos indígenas, em especial das políticas indigenistas Estadais e das políticas educacionais. Para tanto, faz-se necessário compreender as diretrizes gerais do indigenismo estatal para entender o sentido de suas ações educativas (GRUPIONI, 2013). Conforme Oliveira e Nascimento, “à questão da educação escolar, tem passado por fases que vão da integração, como meta, ao reconhecimento do direito à diferença étnica e cultural dos índios, como princípio de ação política” (Oliveira; Nascimento, 2012, p. 766).

Além de sua atuação nas missões, os jesuítas tiveram influência na educação dos filhos dos colonos, cujo foco estava voltado para o ensino médio, já que o governo de Portugal não permitia a criação de universidades na colônia bem como impunha outras medidas cerceadoras de nossa emancipação intelectual. Em 1747, por exemplo, foi destruída uma oficina tipográfica instalada no Rio de Janeiro. (ARANHA, 2007, p.191).

Percebe-se que nas produções de Silva (2019), Grupioni (2013) e Oliveira e Nascimento (2012) o aspecto histórico da educação indígena no Brasil ganha elevada ênfase, em especial o papel do extinto SPI e da Fundação Nacional do Índio antes de ser delegada a competência educacional indígena ao Ministério da Educação. Demais disso, constata-se que apesar do avanço na abordagem estatal da educação indígena, desviando-se da perspectiva da tutela para uma análise de cunho emancipatório, os escritos demonstram que há muito que se concretizar ultrapassando-se o prisma meramente normativo.

Para além dos aspectos históricos, as produções acadêmicas sobre a política de educação escolar indígena estão alinhadas às necessidades e às adaptações da política educacional geral. Nesse sentido têm-se as produções de Pereira e Miranda (2017) que debatem a laicização e a intolerância religiosa, Bergamaschi e Sousa (2015) que estudam os territórios etnoeducacionais, e Bruno e Coelho (2016) que estudam a inclusão de indígenas surdos nas escolas diferenciadas indígenas.

Por intermédio do seu escrito intitulado “Laicização e Intolerância Religiosa: desafios para a História ensinada”, Pereira e Miranda (2017) pretendem gerar discussões acerca de aspectos relacionados ao fenômeno religioso no espaço escolar. Nessa perspectiva, as autoras promovem o enfrentamento da educação em seus moldes tradicionais e analisam eventuais ingerências que a religiosidade acaba por perpetrar no ensino contrariando a noção de “educação pluralista, não proselitista e cônica dos direitos constitucionais de rito, crença e manifestação religiosa e agnóstica” (Pereira; Miranda, 2017, p. 100).

Já a produção de Bruno e Coelho (2016) versa sobre inclusão de Índios Surdos no contexto escolar, trata-se de escrito intitulado “Discursos e Práticas na Inclusão de Índios Surdos em Escolas”. Conforme as autoras:

Nesta última década, tanto a Educação Escolar Indígena quanto os estudos sobre educação de pessoas surdas, este último com crescente produção científica na área da linguística e da educação, vêm se esforçando para delinear um vigoroso campo de debate acerca da cultura, dos processos próprios de linguagem e das formas diferenciadas de aprendizagem. Nesse processo em construção, o Ministério da Educação (MEC), por meio da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), propôs a interface entre a Educação Especial e a Educação Escolar Indígena. (Bruno; Coelho, 2016, p. 682).

Sabendo que barreiras linguísticas estão presentes cotidianamente surge a preocupação com o processo de ensino aprendizagem dos surdos, na medida em que a comunicação pode apresentar-se prejudicada. A interação entre o professor indígena e o estudante surdo fica limitada à comunicação básica dentro da sala. Nessa linha, tendo em vista o panorama plurilíngue das comunidades indígenas, faz-se necessário um debate específico voltado a estabelecer estratégias “para o desenvolvimento linguístico e a promoção da aprendizagem e inclusão escolar de alunos surdos”, sendo “necessário que se estabeleça um diálogo intercultural de natureza híbrida” (Bruno e Coelho, 2016, p. 692).

No tocante a produção de Bergamaschi e Sousa acerca dos territórios etnoeducacionais, da análise dos instrumentos normativos trazidos pelas autoras, em especial o Decreto nº 6.861/2009 e a Portaria nº 1062/2013, percebe-se que o legislador concede maior autonomia aos povos indígenas e a própria gestão dos territórios etnoeducacionais. De maneira geral, o instituto do território etnoeducacional “significa um movimento de organização da educação escolar indígena em consonância com a territorialidade de seus povos, independentemente da divisão política entre estados e municípios que compõem o território brasileiro” (Bergamaschi e Sousa, 2015, p. 145).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os artigos coletados com a realização da revisão de literatura no respectivo recorte temporal percebe-se que na área da educação existem poucas produções acerca da política de educação escolar indígena. Conforme o referencial teórico percebe-se que a despeito das pesquisas voltadas a retratar o aspecto histórico da educação indígena e sua evolução no tempo, os estudiosos da temática procuram responder a problemas práticos surgidos do diálogo entre as práticas educacionais/pedagógicas e os elementos culturais inerentes a comunidade indígena. Assim, as produções procuram abordar temas como a identidade e diferença, inclusão social, laicidade, liberdade de crença e políticas educacionais específicas criadas pelo poder público.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2004.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; SOUSA, Fernanda Brabo. **Territórios**

etnoeducacionais: ressitando a educação escolar indígena no Brasil. Pro-Posições, Campinas , v. 26, n. 2, p. 143-161, ago. 2015 . Disponível em . acesso em 02 mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/0103-7307201507709>.

BITTAR, Marisa; FERREIRA JUNIOR, Amarílio. **Pluralidade lingüística, escola de bê-á-bá e teatro jesuítico no Brasil do século XVI.** Educação e Sociedade, v. 25, p. 171-195, 2004.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia; COELHO, Luciana Lopes. **Discursos e Práticas na Inclusão de Índios Surdos em Escolas Diferenciadas Indígenas.** Educ. Real., Porto Alegre , v. 41, n. 3, p. 681-693, set. 2016 . Disponível em . acesso em 02 mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/2175-623661084>.

SILVA, Aracy L. da; GRUPIONI, Luis D.B., **A Temática Indígena Na Sala De Aula**, novos subsídios para professores de 1º e 2º grau, 1ª ed.: Global Editora e Distribuidora LTDA, 1995.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **Quando a Antropologia se defronta com a Educação:** formação de professores índios no Brasil. Pro-Posições, Campinas , v. 24, n. 2, p. 69-80, ago. 2013 . Disponível em . acesso em 02 mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-73072013000200006>.

OLIVEIRA, Luiz Antônio de; NASCIMENTO, Rita Gomes do. **Roteiro para uma história da educação escolar indígena:** notas sobre a relação entre política indigenista e educacional. Educ. Soc., Campinas , v. 33, n. 120, p. 765-781, set. 2012 . Disponível em . Acesso em 02 mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000300007>.

PEREIRA, Júnia Sales; MIRANDA, Sonia Regina. **Laicização e Intolerância Religiosa:** desafios para a História ensinada. Educ. Real., Porto Alegre , v. 42, n. 1, p. 99-120, mar. 2017 . Disponível em .acesso em 02 mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/2175-623661108>.

SILVA, José Alessandro Cândido da. **Políticas de educação escolar indígena no Acre.** Educ. rev., Curitiba , v. 35, n. 77, p. 321-338, out. 2019 . Disponível em. Acesso em 02 Mar. 2020. Epub out 31, 2019. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.67998>.

TASSINARI, A.M.I. **A educação escolar indígena no contexto da antropologia brasileira .** Ilha: Revista de Antropologia, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 217-245, 2008.

VOSGERAU, D. S. R.; ROMANOWSKI, J. P. **Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas.** Diálogo Educacional: Curitiba, v.14, n.21, p. 165-189, jan./abr. 2014.